

Medida Provisória nº 710, de 2016

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica.

Explicação da Ementa:

Créditos para: Ministério da Justiça (R\$ 300 milhões para segurança nas Olimpíadas 2016); Ministério da Cultura (R\$ 85 milhões para realização de atividades culturais nas Olimpíadas 2016); Ministério da Defesa (95,50 milhões para garantia da lei e da ordem durante as Olimpíadas 2016); Ministério da Integração Nacional (R\$ 382 milhões para atendimento às vítimas de desastres); Ministério do Turismo (10 milhões para revezamento da tocha olímpica); Encargos Financeiros da União (R\$ 600,15 milhões para parcela da constituição do Novo Banco de Desenvolvimento - NBD).

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional**Data de Leitura:** 31/03/2016

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra**Último local:** 31/03/2016 - Coordenação de Arquivo**Destino:** À promulgação**Último estado:** 13/04/2016 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

31/03/2016

null

Análise

(CN-CMO) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatoria:

CMO - (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Relator(es):

Deputado Federal Zé Geraldo (encerrado em 16/03/2016 - Deliberação da matéria)

Senador Elmano Férrer (Relator Revisor) (encerrado em 16/03/2016 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

19/04/2016 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado

19/04/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Publicado no Diário do Senado Federal nº 46, de 13/04/16, pág. 00255.

À COARQ.

TRAMITAÇÃO

13/04/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o Ofício CN n.º 141, de 12/04/16, a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República Substituta, encaminhando a Mensagem CN n.º 11/16, à Excelentíssima Senhora Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como lei no Diário Oficial da União (fls. 71 e 72).

Anexado o Ofício CN n.º 142, de 12/04/12, ao Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa (fls. 73).

13/04/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.
PROMULGADA. LEI 0013.268 DE 2016.
DOU (Diário Oficial da União) - 13/04/2016 - Seção I - pág. 00001 a 00002.
Promulgada em 12/04/2016.

07/04/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 61 a 64).

07/04/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA

Ação: Anunciada a matéria, usam da palavra os Senadores Cássio Cunha Lima, Ronaldo Caiado, Randolfe Rodrigues e Lindbergh Farias. Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência; de adequação financeira e orçamentária; e de pertinência temática.
Discussão encerrada.
Aprovada a medida provisória, ressalvadas as emendas, com o voto contrário do Senador Randolfe Rodrigues.
Rejeitadas, em globo, as emendas.
À promulgação.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 41-45

Publicado no DSF Páginas 157-160

05/04/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Matéria não apreciada na sessão de 05/04/2016, transferida para a sessão deliberativa de 06/04/2016.

04/04/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Incluída na Ordem do Dia da sessão deliberativa de 05.04.2016.
Discussão, em turno único.

31/03/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: O Senado Federal recebeu o Ofício nº 409/2016, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa, a presente Medida Provisória.
A Presidência comunica ao Plenário que o prazo para apreciação da matéria esgotou-se em 18 de março, e o de sua vigência esgotar-se-á em 31 de maio.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

Publicado no DSF Páginas 138-144

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 46

31/03/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal**Ação:** Aguardando leitura no Senado Federal.

30/03/2016 CD-CD - Câmara dos Deputados**Ação:** Encaminhado ao Senado Federal.

30/03/2016 PLEN - Plenário**Ação:** Apresentação do Recurso contra decisão do Presidente da CD em Questão de Ordem (Art. 95, § 8º, RICD) n. 119/2016, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: "Recorre, com base no art. 95, §8º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, da decisão do Presidente na Questão de Ordem nº 166/2016".

30/03/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados**Ação:** Ato Declaratório nº 15, de 29/3/16, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória nº 710, de 4/1/16, pelo período de sessenta dias. Diário Oficial da União de 30/3/16, Seção 1, Página 6. Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 409/16/SGM-P.

29/03/2016 PLEN - Plenário**Ação:** Discussão em turno único.

Discutiram a Matéria: Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ), Dep. Carlos Zarattini (PT-SP), Dep. Rocha (PSDB-AC), Dep. Moema Gramacho (PT-BA), Dep. Delegado Edson Moreira (PR-MG), Dep. Maria do Rosário (PT-RS), Dep. Fábio Sousa (PSDB-GO), Dep. Alessandro Molon (REDE-RJ), Dep. Daniel Coelho (PSDB-PE) e Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Encerrada a discussão.

Votação preliminar em turno único.

Encaminharam a Votação: Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ), Dep. Rocha (PSDB-AC), Dep. Paulo Pimenta (PT-RS) e Dep. Pepe Vargas (PT-RS).

Verificação da votação preliminar do Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo atendimento parcial dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas e pela adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN, ressalvado o destaque; solicitada pelos Deputados Daniel Coelho, na qualidade de Líder do PSDB; Alberto Fraga, na qualidade de Líder do DEM; Alex Manente, na qualidade de Líder do PPS; e Afonso Florence, na qualidade de Líder do PT; em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado", passando-se à sua votação pelo processo nominal.

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pelo atendimento parcial dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas e pela adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, ressalvado o destaque. Sim: 221; não: 165; total: 386. Votação da expressão "parcialmente", constante da conclusão do Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização à Medida Provisória nº 710 de 2016, objeto do destaque de preferência da bancada do PT - DTQ 1.

Encaminharam a Votação: Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Dep. Ságuas Moraes (PT-MT).

Suprimida a expressão "parcialmente".

As Emendas de nºs 1, 5, 9 e 10 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, por terem sido inadmitidas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Parecer pela inadmissibilidade).

Votação das Emendas de nºs 6 a 8, com Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela rejeição. Rejeitadas as Emendas de nºs 6 a 8.

Votação, quanto ao mérito, em turno único.

Aprovada a Medida Provisória nº 710 de 2016.

Votação da Redação Final.

Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Zé Geraldo (PT/PA).

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 710-A/2016).DCD de 30/03/16 PÁG 67 COL 01.

Apresentação da Redação Final, RDF 1, pelo Dep. Zé Geraldo

TRAMITAÇÃO

28/03/2016 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

23/03/2016 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/03/16 PÁG 253 COL 01.

23/03/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário para leitura. Publique-se.

23/03/2016 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício n. 97/2016, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória n. 710/2015 (Sessão Não Deliberativa de Debates de 23/03/2016 - 14:00 - 54ª Sessão).

23/03/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 97/016, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 710/2016. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 10 (dez) emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização emitiu o Parecer nº 6, de 2016-CN, que conclui pela rejeição das emendas e pela aprovação da matéria em sua forma original. Recebida a Mensagem nº 1/2016, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 710/2016. Recebido o Parecer nº 6, de 2016-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pela rejeição das emendas e pela aprovação da matéria em sua forma original.

23/03/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Anexado o Ofício CN nº 97 de 23/03/2016, encaminhando o processado da presente Medida Provisória ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32. (fl. 46).

À CD.

18/03/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Publicado em avulsos e no DSF de 19/03/2016 o Parecer nº 6, de 2016-CN, da CMO, que concluiu pela aprovação da Medida Provisória nos termos propostos pelo Poder Executivo. À Câmara dos Deputados

Publicado no DSF Páginas 161-170

18/03/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para publicação, no Diário do Senado Federal e em avulsos, do Parecer nº 6, de 2016-CN, da CMO, que concluiu pela aprovação da Medida Provisória nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Após, à Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados

18/03/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Juntadas as páginas da tramitação da matéria na Comissão Mista (fls. 43-45).

18/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SSCLCN.

16/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 16 de março de 2016, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Senador ELMANO FÉRRER, nos termos da Medida Provisória nº 710/2016-CN. Quanto às 10 (dez) emendas apresentadas, DECLARADAS INADMITIDAS as de nº's 1 a 5, 9 e 10, e, REJEITADAS as demais.

04/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha nº 41, Ofício nº 233/2016/SGM/P, de 3.03.2016, do Presidente da Câmara dos Deputados à Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, Senadora Rose de Freitas, comunicando que, em virtude das decisões proferidas pela Presidência da Câmara dos Deputados nas Questões de Ordem n. 352/2013 e 153/2016, o termo final para o recebimento da MPV nº 710/2016, pela Câmara dos Deputados é o dia 10 de maio de 2016.

29/02/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da reunião.

24/02/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido do Relator, Senador Elmano Férrer, relatório com voto pela aprovação da Medida Provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo. O Relator, quanto às 10 (dez) emendas apresentadas, indicou para INADMISSIBILIDADE as de nºs 1 a 5, 9 e 10 e REJEITADAS as demais. Anexado às fls. de nºs 33 a 40.

15/02/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado às folhas nºs 31 e 32 Ofício nº 27 (CN), de 15.02.2016, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara dos Deputados, encaminha o calendário de tramitação da Medida Provisória.

12/02/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Publicadas em avulsos e no DSF de 13/02/2015 as Emendas nºs 1 a 10, oferecidas à matéria

Publicado no DSF Páginas 1021-1031

12/02/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários (SEADI), para publicação das emendas apresentadas.

TRAMITAÇÃO

11/02/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória foram apresentadas 10 (dez) emendas. Anexadas às folhas de nºs 20 a 30. À SSCLCN para publicação.

04/02/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Designado Relator o Senador Elmano Férrer, e Relator Revisor o Deputado Zé Geraldo. Anexado às folhas de nºs 18 e 19.

03/02/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Anexada em 03.02.2016 às folhas de nºs 16 e 17, Nota Técnica nº 8/2016 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 710, de 2016 quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

03/02/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À CMO.

02/02/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A Senhora Presidente da República adotou, no período do recesso parlamentar, a presente medida provisória. A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderão receber emendas. O calendário de tramitação da respectiva Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

- Publicação no DOU: 31/12/2015
- Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 1/04/2016 (a prorrogar)

A matéria será publicada em avulso eletrônico. Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

***** Retificado em 11/02/2016*****

A Senhora Presidente da República adotou, no período do recesso parlamentar, a presente medida provisória. A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderão receber emendas. O calendário de tramitação da respectiva Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

- Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 1/04/2016 (a prorrogar)

A matéria será publicada em avulso eletrônico. Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 507

01/02/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Ao plenário para leitura e comunicação do calendário para tramitação da matéria.

06/01/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Juntada a Mensagem nº 1, de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 710, de 4 de janeiro de 2016 (DOU de 04/01/2016 - Ed. Extra), às fls. 04 a 12.

06/01/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 710/2016: - Publicação no DOU: 04-01-2016 (Ed. Extra)
- Emendas: até 07-02-2016;
- Prazo na Comissão: *;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 29-02-2016 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 29-02-2016;
- Prazo no SF: de 01-03-2016 a 14-03-2016 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 14-03-2016;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 15-03-2016 a 17-03-2016 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18-03-2016 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 01-04-2016 (60 dias).

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012).

04/01/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 3 (três) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLCN.

Publicado no DOU Páginas 1-2

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 710/2016

Data: 04/01/2016

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica.

Avulso inicial da matéria

Data: 02/02/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: A Senhora Presidente da República adotou, no período do recesso parlamentar, a presente medida provisória. A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderão receber emendas. O calendário de tramitação da respectiva Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.
- Publicação no DOU: 31/12/2015
- Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 1/04/2016 (a prorrogar)
A matéria será publicada em avulso eletrônico.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.
***** Retificado em 11/02/2016*****
A Senhora Presidente da República adotou, no período do recesso parlamentar, a presente medida provisória. A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos,

DOCUMENTOS

Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderão receber emendas.
O calendário de tramitação da respectiva Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.
- Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 1/04/2016 (a prorrogar)
A matéria será publicada em avulso eletrônico.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Nota Técnica

Data: 03/02/2016

Autor: -

Local: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação Legislativa: Anexada em 03.02.2016 às folhas de nºs 16 e 17, Nota Técnica nº 8/2016 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 710, de 2016 quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

Emenda.

Data: 12/02/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Publicadas em avulsos e no DSF de 13/02/2015 as Emendas nºs 1 a 10, oferecidas à matéria

Descrição/Ementa: Emendas nºs 1 a 10

Avulso de parecer

Data: 18/03/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Publicado em avulsos e no DSF de 19/03/2016 o Parecer nº 6, de 2016-CN, da CMO, que concluiu pela aprovação da Medida Provisória nos termos propostos pelo Poder Executivo.
À Câmara dos Deputados

Descrição/Ementa: Parecer nº 6, de 2016-CN

Avulso inicial da matéria

Data: 31/03/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: O Senado Federal recebeu o Ofício nº 409/2016, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa, a presente Medida Provisória.
A Presidência comunica ao Plenário que o prazo para apreciação da matéria esgotou-se em 18 de março, e o de sua vigência esgotar-se-á em 31 de maio.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

Autógrafo - MPV 710/2016

Data: 13/04/2016

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o Ofício CN n.º 141, de 12/04/16, a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República Substituta, encaminhando a Mensagem CN n.º 11/16, à Excelentíssima Senhora Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como lei no Diário Oficial da União (fls. 71 e 72).

Medida Provisória nº 710, de 2016

DOCUMENTOS

Anexado o Ofício CN n.º 142, de 12/04/12, ao Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa (fls. 73).